



## APRESENTAÇÃO

### A história da alfabetização no Brasil: políticas e métodos

Leonete Luzia Schmidt<sup>1</sup>

A história da alfabetização no Brasil tem início muito antes da existência deste termo/conceito fazer parte do vocabulário e permear estudos e pesquisas sobre o tema que, em nosso país, remonta ao período da independência, com a criação do Estado nacional e da primeira lei nacional sobre a instrução primária, sancionada em 15 de outubro de 1827. Alfabetização, como processo de aprendizagem da leitura e da escrita, passa a ser utilizado, no Brasil, conforme Mortatti<sup>2</sup> (2000), somente a partir do início do século XX.

A Lei referida anteriormente é um marco para a Educação do país, pois é por meio dela que o Estado brasileiro inicia sua definição de políticas públicas para a Educação nacional, com diretrizes para criação de escolas de primeiras letras, métodos de ensino, dentre outras questões relacionadas ao ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e operações matemáticas. Estas questões foram consideradas, à época, como símbolos da modernidade e civilidade de uma nação.

No entanto, o acesso à maioria da população brasileira à leitura e à escrita foi inviabilizado ou restrito nesses quase duzentos anos de história pós-independência política de Portugal. A possibilidade de acesso foi definida por políticas públicas para Educação promulgadas por um Estado que, como um dos pilares do capital, no dizer de Mézaros<sup>3</sup> (2015), assegura, por meio de suas políticas educacionais, que a população em geral receba apenas o suficiente para que o modelo capitalista se perpetue.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996). Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFSC. Atualmente é professora do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação e História da Educação de Santa Catarina; Políticas públicas para Educação; alfabetização. Coordenadora de um projeto de pesquisa do Programa Observatório da Educação - CAPES/OBEDUC. E-mail: <[leonetes@gmail.com](mailto:leonetes@gmail.com)>

<sup>2</sup> MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Ed. UNESP: Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000.

<sup>3</sup> MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. Tradução: Maria Izabel Lagoa. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2015.



Neste sentido, um Jornal de Santa Catarina, na década de 1850, ao se referir à educação escolar para ricos e pobres, reflete com muita clareza o papel da escola e da leitura e escrita para cada classe social.

O homem rico deve ter uma generosidade mais ilustrada; se em lugar de dar ao menino pobre uma educação brilhante, mais perigosa, estabelecer na sua Aldeia uma escola elementar, a que possam concorrer todos os meninos pobres, onde não se ensine estudos supérfluos, mas que recebam princípios religiosos, ideias e máximas morais, regras de bons e virtuosos costumes; todos aprenderão a ler, a escrever e contar. Todos respeitarão as leis civil, religiosas e obrigações domésticas: nada os incitará a abandonar o ofício de seus pais, nada concorrerá para alterar essa igualdade que se deseja conservadora<sup>4</sup>.

Ao analisarmos as políticas públicas para alfabetização daquele período até os dias atuais, parece que o conteúdo da citação acima continua atual. No entanto, considerando que a contradição constitutiva dos processos de Educação pode ter ficado à margem da historiografia, necessitamos de estudos e pesquisas para desvendá-la e revelar que houve rupturas e/ou enfrentamentos nessa realidade que se *deseja conservadora*.

Portanto, a Alfabetização é pensada, neste Dossiê, como radicada no tempo histórico (dimensões práticas, cognitivas, políticas, sociais e culturais), submetida a uma crítica radical, de modo a compreender seu papel histórico, a função que exerce e deve criticamente exercer, no que consiste à emancipação do homem. A alfabetização é um CONHECIMENTO que se constituiu e se constitui como Objeto central nos processos sociais, políticos e culturais na práxis formativa dos sujeitos, como um dos instrumentos de emancipação humana.

Assim, os onze artigos que compõem o presente Dossiê evidenciam um conjunto de temas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita ou, como hoje a denominamos – alfabetização - evidenciando embates e enfrentamentos, tanto no âmbito das políticas como dos métodos propostos para a alfabetização das crianças e de adultos que não tiveram acesso à escola ou nela não obtiveram êxito. Assim, contribuindo na continuidade do debate/embate na luta por acesso e apropriação desse patrimônio cultural por toda a população.

---

<sup>4</sup> SANTA CATARINA, **O mensageiro**, de 23 de março de 1856.

No artigo **O impresso lições de ler na história da alfabetização no império brasileiro**, as autoras Suzana Lopes Albuquerque e Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto apresentam o referido impresso, publicado no Brasil em 1832, escrito por José da Costa e Azevedo, primeiro diretor da Escola Normal de Niterói e primeiro professor de todas as cadeiras nessa escola. Utilizando de fontes como cartas, impressos, matérias jornalísticas, e fazendo uma leitura com Bittencourt (2004) e Batista (2009), procuram entender o contexto e evidenciam que os embates entre diferentes propostas de métodos de alfabetização no Brasil Imperial remontam a disputas políticas, filosóficas, sociais, dentre outras que extrapolam as *querelas* dos métodos pedagógicos.

Em **Políticas e métodos de alfabetização nas escolas de primeiras letras da cidade do Assú/RN (1829-1908)**, Gilson Lopes da Silva e Marlúcia Menezes de Paiva analisam os métodos e políticas de alfabetização instituídos na consolidação das Escolas de Primeiras Letras na cidade do Assú/RN a partir de 1829, data da implantação das primeiras escolas na cidade.

O artigo intitulado **Os primeiros rudimentos de aritmética que deve saber o menino cristão: análise de um tratado pedagógico publicado na Bahia no ano de 1813**, dos autores Giana Lange Amaral e Fernando Cezar Ripe analisa, sob a perspectiva da História da Educação Matemática, as instruções aritméticas presentes na obra *Escola Nova, Christã, e Política, Na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que deve saber o Menino Christão, e se lhes dão regras para com facilidade, e em pouco tempo aprender a ler, escrever e contar*. Publicado inicialmente em Portugal no ano de 1756, de autoria de Francisco Luiz Ameno (1713-1793), *é uma das primeiras obras educacionais impressas na América portuguesa. Impresso na Bahia em 1813, o tratado trazia inúmeras prescrições inter-relacionadas aos preceitos cristãos, consideradas necessárias ao completo domínio das letras, dos números e da língua portuguesa.*

Fechando bloco de textos referente ao século XIX, o artigo **História da alfabetização no Brasil: novos termos e velhas práticas**, de autoria de Eliane Pimentel Camillo Barra Nova de Melo e Silvio César Moral Marques apresenta o percurso histórico do processo de alfabetização no Brasil, desde meados dos anos de 1880 até a década de 2012, com a assinatura do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Muitos foram os contextos apresentados ao longo do período, como embates teóricos inicialmente referentes a métodos e, posteriormente, a teorias de aprendizagem, destacando que de 2008 até os dias

atuais, o Letramento figura como a principal teoria adotada de forma oficial nas políticas públicas para alfabetização, e chama a atenção sobre a não presença da teoria histórico-cultural nos meios oficiais de formação de professores alfabetizadores, mesmo estando presente desde a década de 1980 em pesquisas e estudos sobre a aprendizagem e desenvolvimento da criança na etapa escolar.

Em as **Políticas de circulação de livros didáticos de alfabetização no sul de Mato Grosso e seus métodos (1927-1961)**, Thaise da Silva e Estela Natalina Mantovani Bertoletti analisam dispositivos de circulação de cartilhas na escola primária do sul do Estado de Mato Grosso, entre 1927 e 1961. Examinando documentos legais de cunho nacional e estadual que nortearam o ensino primário durante o referido período, procuraram compreender o investimento feito para ensinar a ler e a escrever à luz desses artefatos.

No artigo **Erasmus Pilotto e o uso do Método Montessori na alfabetização no Paraná**, Simone Ballmann Campos apresenta o uso dado à alfabetização montessoriana por Erasmo Pilotto nos programas para o Ensino Primário no Paraná. A autora acrescenta novos elementos à História da Educação Brasileira, visto que as influências do Método Montessori, no que se refere ao processo de alfabetização, ainda são pouco conhecidas no Brasil.

**A prescrição da Alfabetização em Minas Gerais a partir da Reforma da Instrução Pública em 1906 e a sua apropriação no Grupo Escolar de Lavras/MG**, escrito por Jardel Costa Costa Pereira e Jefferson Moreira, apresenta estratégias políticas e métodos construídos para a alfabetização, a partir da Reforma educacional instituída pelo governador João Pinheiro, com a instalação dos Grupos Escolares. Objetiva, também, apresentar como o programa de alfabetização se efetivou no terceiro Grupo Escolar da cidade de Lavras/MG, onde teve a atuação de Firmino da Costa Pereira, um expoente para a História da Educação nacional.

Em **O terceiro caderno de Alice: reflexões acerca de um evento de letramento no contexto da alfabetização**, Eliane Peres e Gabriela Medeiros Nogueira abordam a relação de uma criança com a língua escrita a partir de seus registros individuais em um caderno específico, como contribuição à história da alfabetização mais recente. Utilizando-se de dados coletados em uma investigação mais ampla sobre práticas de alfabetização e de letramento em turmas de pré-escola e de 1º ano em Pelotas/RS, no contexto da implantação do Ensino Fundamental de nove anos, o uso de um *terceiro caderno* pela aluna Alice, durante seu processo de alfabetização em uma escola pública, no 1º ano, em 2010, é tratado, aqui, como

um evento de letramento (HEATH, 1983; STREET, 2010) importante e decisivo para sua constituição como usuária competente da língua escrita.

**Professoras alfabetizadoras e os métodos de alfabetização: uma complexa relação de ensinar e aprender**, de Fatima Aparecida Souza Francioli, aborda a relação do trabalho das professoras alfabetizadoras e os métodos de alfabetização observados durante os estágios dos alunos do curso de pedagogia. No processo de análise resgataram-se as concepções e os métodos, aproximando-os teoricamente, e estabeleceu-se a relação entre teoria e prática como unidade centrada na vinculação que expressa o movimento dialético, ao promover os conhecimentos dos alunos do nível menos desenvolvido, de caráter sincrético, para o nível mais desenvolvido, chegando à síntese, à tomada de consciência.

Finalizando, dois artigos referentes à alfabetização de adultos completam o Dossiê. Em **Educação e alfabetização de jovens e adultos: reflexões a partir da educação popular e dos processos de subjetivação**, Dulcinéia de Fátima Ferreira realiza algumas reflexões em torno da educação e alfabetização de jovens e adultos a partir da educação popular e dos processos de subjetivação. Trata-se de um exercício de pensamento em torno de alguns eixos, princípios e dimensões na busca de pistas que auxiliem no desafio de ensinar jovens e adultos a ler e a escrever, como uma vivência, um movimento de criação, em que a leitura e a escrita aconteçam junto com um processo de construção de sentidos para viver.

Em **Política de alfabetização de jovens e adultos no período da ditadura militar (1970-1985): impactos no sertão alagoano**, Marinaide Lima de Queiroz Freitas e Jailson Costa da Silva buscam apresentar as narrativas memorialísticas dos sertanejos, partícipes das ações desenvolvidas pela política de alfabetização de jovens e adultos desenvolvida pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), no período de 1970 a 1985, por meio do Programa de Alfabetização Funcional (PAF).

Finalmente, cumpre afirmar que esta edição da Poiésis, que aborda a História da alfabetização no Brasil com foco nas políticas e métodos, representa um esforço dos autores que, através de estudos e pesquisas, procuram compreender e dar visibilidade à alfabetização em diferentes tempos e contextos, evidenciando rupturas, permanências e embates, alicerce para novas buscas e construção de uma nova hegemonia, onde a alfabetização seja, de fato, acessível a toda população.

Boa Leitura!